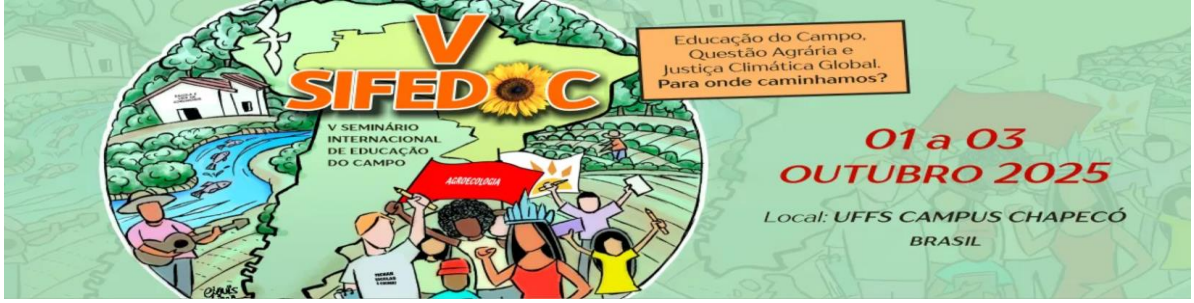


MONOCULTURA DE PINUS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS EM TIJUCAS DO SUL

Edvanil Aparecido Bezerra[1]

Fernando Amorim[2]

Círculo de Saber: História, Epistemologias e Educação do campo

Palavras-chave: Monocultura do pinus; Impactos socioambientais; Tijucas do Sul

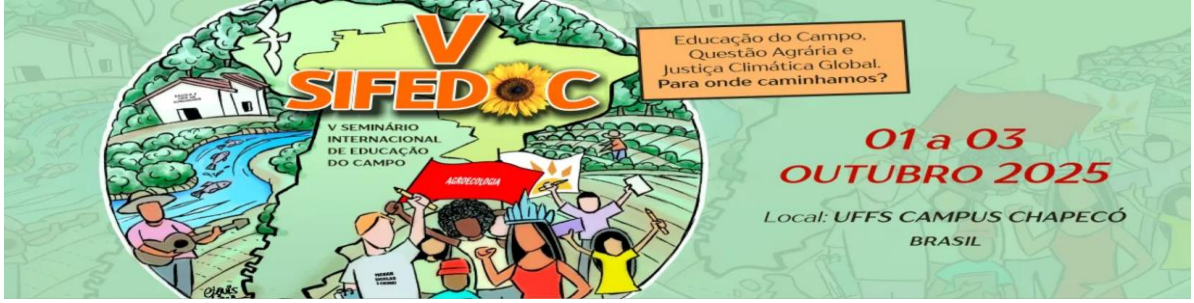
Introdução

A monocultura de pinus, intensificada nas últimas décadas no sul do Brasil, tem provocado transformações significativas nos territórios do campo, das águas e das florestas, especialmente em municípios onde coexistem modos de vida tradicionais e interesses do agronegócio florestal. Tijucas do Sul, no estado do Paraná, é um desses territórios em disputa. Conhecido como a capital paranaense do orgânico (Paraná, 2022), o município abriga populações camponesas e comunidades que desenvolvem práticas agroecológicas e de subsistência, ao mesmo tempo em que vivenciam a crescente presença de grandes áreas destinadas à monocultura de pinus.

A comunidade da Lagoa, localizada a cerca de 13 km da sede do município, representa um dos espaços mais afetados por esse processo. Trata-se de um território marcado por histórias de resistência, onde práticas agrícolas tradicionais e modos de vida comunitários vêm sendo pressionados pela expansão de empreendimentos florestais privados. A entrada de investidores, em sua maioria externos à comunidade, tem provocado mudanças nos usos da terra, na biodiversidade local e nas relações socioculturais que sustentam a vida camponesa. Essas transformações não podem ser compreendidas fora do marco da crítica ao mito da modernidade, que, como denuncia Dussel (1995), sustenta uma lógica colonial de dominação ao se autolegitimar como sinônimo de progresso.

[1] Graduando em Educação do Campo/IFPR. E-mail: edvanilaparecidob@gmail.com.

[2] Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. E-mail: fernando.amorim@ifpr.edu.br.



A modernidade se impõe como discurso civilizatório, mas naturaliza a exclusão e a violência simbólica contra os povos periféricos, ao mesmo tempo em que silencia suas formas próprias de produzir vida, conhecimento e território. Pensar, portanto, é um ato de resistência comprometido com a escuta dessas vozes historicamente negadas (Dussel, 1995).

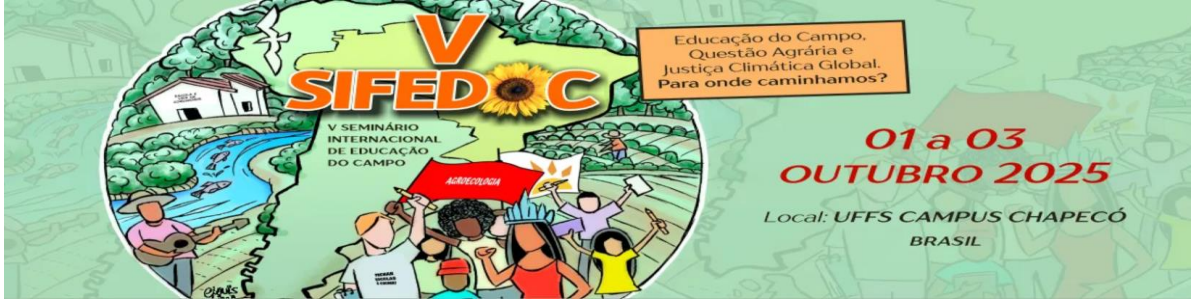
Este artigo tem como objetivo investigar os impactos sociais e ambientais provocados pela expansão da monocultura de pinus na comunidade da Lagoa, em Tijucas do Sul. Busca-se compreender, a partir das narrativas dos moradores, como a presença crescente dessa atividade econômica afeta o território, o trabalho, a convivência com a natureza e os modos de vida locais. O pressuposto que orienta a pesquisa é que a monocultura, para além de seus efeitos ecológicos, atua como vetor de desterritorialização simbólica, comprometendo a identidade, a autonomia produtiva e as relações comunitárias (Fernandes, 2008).

A abordagem adotada foi a pesquisa participante (Brandão; Streck, 2015), por compreender que o conhecimento não é produzido sobre as pessoas, mas com elas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em entrevistas abertas e rodas de conversa com moradores da comunidade. A partir da orientação metodológica dos citados autores, a escuta das experiências e memórias foi guiada pela horizontalidade nas relações, pela valorização da oralidade, da memória coletiva e dos saberes ancestrais como fontes legítimas de conhecimento. O estudo busca contribuir para o debate sobre os efeitos da expansão do modelo monocultural em territórios camponeses e para a valorização das formas de resistência que emergem frente a esse avanço silencioso.

.

Aportes metodológicos, teóricos e discussão dos resultados

A investigação foi desenvolvida com base na pesquisa participante, que se estrutura no princípio de que o conhecimento não deve ser produzido sobre os sujeitos, mas com eles. Essa abordagem rompe com a lógica hierárquica entre pesquisador e pesquisado, priorizando a escuta ativa, o diálogo horizontal e o respeito aos saberes locais. Conforme Brandão e Streck (2015), a pesquisa participante valoriza a memória coletiva, a oralidade e a experiência como fontes legítimas de conhecimento, reconhecendo que a ciência pode ser construída a partir dos territórios e não apenas



sobre eles. Nesse sentido, o processo investigativo esteve comprometido com o envolvimento com a comunidade da Lagoa, em Tijucas do Sul, respeitando seus tempos, seus modos de dizer e suas formas próprias de interpretar o mundo.

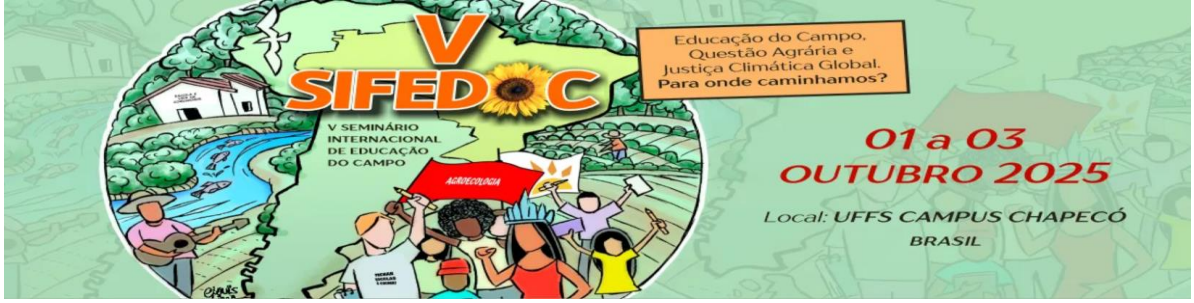
A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas abertas com moradores e moradoras da comunidade, sem roteiros fixos, mas guiadas pelo interesse em compreender as transformações sentidas no território com a chegada da monocultura de pinus. As conversas foram realizadas no próprio ambiente comunitário, respeitando os ritmos e espaços cotidianos dos sujeitos envolvidos. Foram priorizadas narrativas de quem vivenciou as práticas coletivas do passado e hoje percebe as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelos empreendimentos florestais. As observações em campo e os registros orais reforçaram a perspectiva de um conhecimento comprometido com a realidade concreta e com a afirmação da vida, em oposição à lógica de extração e homogeneização imposta ao território.

O avanço da monocultura de pinus sobre o território da comunidade da Lagoa, em Tijucas do Sul, não pode ser compreendido apenas como uma alteração paisagística ou econômica, mas como parte de um processo histórico de desterritorialização, que desloca os sujeitos de seus modos de vida, sabedoria ecológica e vínculos com a terra. Segundo Fernandes (2008), a desterritorialização constitui um fator de insegurança que atinge diretamente a experiência subjetiva e coletiva de pertencimento. Como ele afirma:

> Trata-se de um factor de insegurança, uma agressão e um retrocesso no valor da segurança ontológica, de Anthony Giddens (1991) – perde-se o território ou, pelo menos, o controlo sobre a apropriação do espaço geográfico, numa cadeia sistémica de acontecimentos que leva ao aumento da vulnerabilidade […]. A desterritorialização, como processo de afastamento individual ou colectivo aos habitats pessoais (que aqui se adjectiva por Síndroma Kampusch), é também, por isso, um factor de agressividade, por via da quebra desse sentimento de segurança ontológica2. (Fernandes, 2008, p. 7)

No caso da comunidade da Lagoa, a substituição de áreas coletivas de uso tradicional, como os antigos faxinais, por grandes plantações de pinus, compromete práticas produtivas, sociabilidades e formas autônomas de organização comunitária.

As falas dos moradores expressam com nitidez os efeitos dessa transformação. Uma moradora relatou: “Antes era mata, tinha bicho, tinha fruta, tinha água limpa. Hoje o pinus é só mato seco, não tem mais passarinho, nem bicho.” Esse depoimento revela



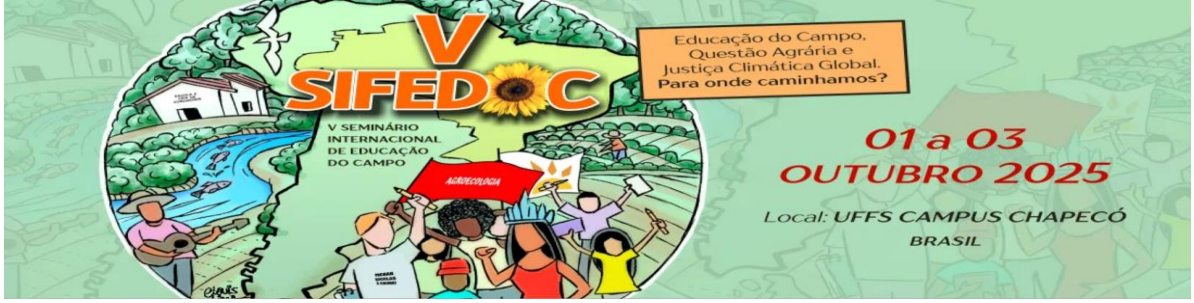
não apenas um impacto ecológico, mas uma perda simbólica do território como lugar de vida e memória. Outro morador destacou a fragmentação comunitária provocada pela chegada de empresas florestais: “Cada um cuida do seu, ninguém mais faz mutirão. Antes todo mundo ajudava.” Essa mudança no sentido de comunidade indica o esvaziamento das práticas de cooperação, como o pixirum, rompendo o elo entre trabalho e solidariedade que sustentava a vida camponesa.

A ruptura das práticas comunitárias como o pixirum, mencionada pelos moradores como memória de um tempo em que “todo mundo ajudava”, evidencia não apenas uma mudança social, mas a desmontagem de um modo de vida coletivo historicamente construído. Essa experiência se insere no processo mais amplo de desestruturação dos territórios camponeses, que, segundo Caldart (2024), implica não só a perda da terra, mas da cultura, das relações de trabalho e da capacidade de organização política.

A substituição da cooperação pela lógica da propriedade individual e da produtividade comercial reflete o avanço de uma pedagogia do capital, que deseduca para a solidariedade. Como afirmava Freire (2021), negar ao povo sua historicidade e sua capacidade de construir coletivamente seu mundo é um ato de violência. Nesse sentido, a monocultura de pinus atua como um projeto que esvazia o território de seus sentidos comunitários, transformando-o em campo de exploração econômica e fragmentação social.

A monocultura impõe, assim, não apenas uma nova configuração territorial, mas também um modelo de racionalidade produtiva baseado na lógica do lucro, da homogeneização e da externalidade. Essa imposição dialoga com a crítica de Apple (2024), ao afirmar que “os imperativos não são determinados pelo que pode ser feito, mas pelas decisões ideológicas e sociais sobre o que deve ser feito” (p. 114). O que se planta, como se planta, para quem se planta, são decisões atravessadas por interesses de mercado e por uma concepção de desenvolvimento que não reconhece as práticas locais como válidas ou sustentáveis. O desaparecimento das roças tradicionais, das águas de nascentes e das práticas coletivas está diretamente vinculado a essa lógica que transforma o território em mercadoria.

Ao mesmo tempo, os relatos dos moradores apontam para formas de resistência silenciosas, mas significativas. Alguns ainda mantêm pequenas hortas, cuidam das



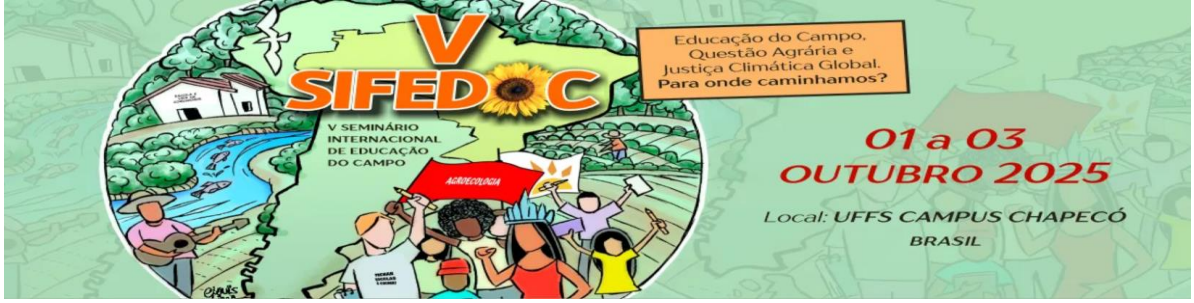
nascentes e ensinam os mais jovens sobre as plantas nativas. Essas práticas revelam que, mesmo em meio ao avanço da monocultura, persistem modos de reexistência baseados na memória, na oralidade e no vínculo com a terra. A teoria crítica da educação ambiental, especialmente em autores como Leff (2011) e Sachs (2002), contribui para compreender essas experiências como formas contra-hegemônicas de produzir vida e território.

Contudo, essas estratégias não são suficientes sem o reconhecimento político do território como espaço de direitos. A monocultura, ao desarticular o tecido social e ambiental da comunidade, revela os limites de um modelo de desenvolvimento que não considera a complexidade e a diversidade dos modos de habitar. Como indicam os dados, a desterritorialização opera não apenas sobre o espaço físico, mas sobre os sentidos coletivos de pertencimento e futuro.

A monocultura de pinus, legitimada por discursos de progresso e produtividade, opera dentro do que Dussel (1995) denomina como mito da modernidade — um discurso que naturaliza a dominação ao apresentá-la como caminho inevitável de desenvolvimento. Esse processo de imposição econômica e epistemológica ecoa a colonialidade do poder descrita por Quijano (2014), ao hierarquizar saberes e modos de vida, desqualificando as formas camponesas de relação com a terra. Como afirma o autor, a racionalidade eurocentrada “se sobrepõe a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo” (Quijano, 2014, p. 799). Assim, o que se apresenta como avanço técnico e econômico esconde um projeto de silenciamento e subalternização de territórios e populações.

Conclusão

A análise dos impactos da monocultura de pinus sobre a comunidade da Lagoa revela que não se trata apenas de alterações ambientais ou econômicas, mas de um processo profundo de desestruturação territorial, simbólica e social. As falas dos moradores, atravessadas por memórias de convivência, solidariedade e práticas coletivas, evidenciam que o avanço do pinus impõe uma nova racionalidade ao território, marcada pelo isolamento, pela fragmentação dos vínculos comunitários e pela negação das formas camponesas de produzir vida. Trata-se de um projeto de



desterritorialização que compromete não só o ambiente físico, mas também os sentidos de pertencimento e de futuro, o que configura uma violência estrutural legitimada em nome do desenvolvimento.

Entretanto, ao mesmo tempo em que denuncia essa lógica de apagamento, a comunidade também revela suas formas de resistência: a manutenção das hortas, o cuidado com as nascentes, a transmissão de saberes entre gerações. Essas práticas, por mais silenciosas que pareçam, reafirmam a centralidade do território como espaço de vida e autonomia. Compreender essas resistências é fundamental para fortalecer políticas públicas comprometidas com a justiça territorial e ambiental. Como continuidade, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a relação entre monocultura e epistemicídio, bem como as pedagogias emergentes nas práticas de reexistência camponesa.

Por fim, destaca-se a importância de aprofundar esta pesquisa em dimensões ainda pouco exploradas, como os impactos subjetivos da desterritorialização das populações camponesas e os modos pedagógicos de reexistência cultivados na oralidade e na prática cotidiana. Futuras investigações podem contribuir para consolidar uma leitura crítica da monocultura como instrumento de apagamento territorial, mas também para valorizar os saberes vivos e as formas de resistência presentes nos territórios do campo, das águas e das florestas.

Referências bibliográficas

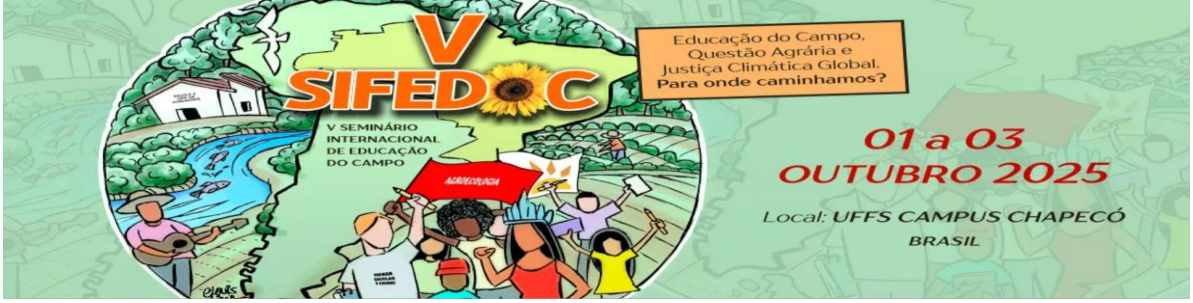
APPLE, Michel. **Educação e poder**. Petrópolis: Vozes, 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. São Paulo: Expressão popular, 2024.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

FERNANDES, João Luís Jesus. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: **Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais**, 1., 2008, Póvoa de Varzim. *Anais...* Póvoa de Varzim: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, 2008. p. 423–447.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2021.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

PARANÁ (Estado)**. Lei nº 21.091, de 10 de junho de 2022**. Concede o título de Capital Paranaense do Orgânico ao município de Tijucas do Sul. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, n. 11.195, 10 jun. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Clasco, 2014.

SACHS, Ignacy. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2002.